



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO – UASG: 987913

Pregão Eletrônico Nº 90029/2026

Data da sessão de abertura: 11/06/2026

Processo Nº 080/2026

Sistema de Registro de
Preços? Não

Edital Exclusivo
ME/EPP? SIM

Reserva de cota
ME/EPP? NÃO

Valor Máximo: R\$ 140.964,76 (cento e quarenta mil novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

Modo de disputa:
Aberto/Fechado

Vistoria? Não

Amostra/Demonstração? Não

Tipo de Licitação: Menor preço por lote.

Links para envio de questionamentos, esclarecimentos ou impugnações:

liocitacaoecompras@teixeirasoares.pr.gov.br ou www.comprasnet.gov.br

O pregão será realizado por meio do endereço: www.comprasnet.gov.br

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas

<https://pncp.gov.br> e

<https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=620b2f79bb3k62&nc=12083>

É de fundamental importância a leitura integral e minuciosa do Edital e seus anexos, bem como da legislação pertinente. Este Edital contempla as inovações trazidas pela lei de Licitações 14.133/2021, portanto, é indispensável que os licitantes conheçam a nova legislação.

ATENÇÃO

A nova Lei de Licitações 14.133/2021 trouxe algumas alterações no sistema do Compras.gov, e uma delas é o local de cadastro para participar da licitação, o qual será o seguinte:





MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, na seleção das melhores propostas será considerado a Lei Municipal Nº 1.812/2018, encontra-se aberta a licitação sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tipo MENOR PREÇO POR LOTE, e que em 11 de junho de 2026 às 09h00min no site www.comprasgovernamentais.gov.br, dará abertura ao Pregão Eletrônico, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência.

1.2. O Edital e demais anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e/ou e-mail licitacaoecompras@teixeirasoares.pr.gov.br.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no site Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações do Edital.

2. A sessão será conduzida por agente de contratação / pregoeiro o Sr. Jaciel Viegandt nomeado pelo Decreto Municipal nº 002 de 07 de janeiro de 2026.

3. OBJETO E VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

3.1. A presente licitação tem por objeto a Aquisição de materiais de Tecnologia da Informação, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência.

3.2. Valor Máximo aceitável: R\$ 140.964,76 (cento e quarenta mil novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

3.3. A licitação será realizada por LOTE.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. A participação neste certame é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

4.5.2. Será adotado como critério de julgamento e preferência o § 3º do Art. 48 da Lei Complementar 147/2014 que prevê que as empresas regionais terão direito à contratação desde que seu preço esteja dentro do limite de até 10% acima do melhor preço válido.

4.5.3. Será considerado regional a empresa que estiver sediadas em municípios situados na microrregião que compõe a Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná, denominada de AMCESPAR e na cidade de Ponta Grossa, sede da região metropolitana a que pertence o Município de Teixeira Soares, conforme Lei Municipal Nº 1.812/2018, os municípios são os seguintes: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Imbituva, Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Teixeira Soares e Ponta Grossa

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A vedação de que trata o item 4.6.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para pedir esclarecimento ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, www.comprasnet.gov.br em campo próprio ou no caso de indisponibilidade do Link poderá ser encaminhada via e-mail licitacao@compras@teixeirasoares.pr.gov.br

5.2. Decairá do direito aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão.

5.3. O Pregoeiro, com base em parecer ou auxílio dos setores responsáveis pela elaboração da fase preparatória e seus Anexos, quando necessário, bem como de outros setores técnicos do município, decidirá sobre a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme o Art 164 § único da Lei 14133/2021.

5.4. As respostas a todos os questionamentos e impugnações (dúvidas ou esclarecimentos) serão disponibilizadas no site oficial do município, no link da referida licitação.

5.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

5.6. Acolhida a impugnação, realizada alteração, será designada nova data para a realização do certame.

5.7. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de contrato.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data e horário marcado para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5.1. Caso constem no edital, itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação dos licitantes somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio dos lances.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Dados essenciais da proponente, como CNPJ, endereço, telefone e e-mail.

7.1.2. Preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

7.1.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.

7.1.4. Declaração de que se enquadra na condição de micro e pequena empresa prevista na Lei Complementar 123/06.

7.1.5. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com apenas duas casas decimais (R\$X,00) após a vírgula.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos, quando participarem de licitações públicas.

7.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante a troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,05 (cinco centavos).

8.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.14. O modo de disputa será “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

8.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.14.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.14.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

8.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

8.21.2.2. empresas brasileiras;

8.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.23. Cabe ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, sua desconexão ou por omissão



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

quando chamado à manifestação via “chat”.

8.24. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

8.24.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.26. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

09. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparen6.2>). A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

9.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação. ([cia.gov.br/sancoes/cnep](https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)).

9.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as condições estipuladas no presente Edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.6.1. Contiver vícios insanáveis;



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

- 9.6.2. Cão obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.6.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 9.6.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.6.7.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 10.1. A verificação da Habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor e será verificada, após a análise e julgamento das Propostas, devendo apresentar os seguintes documentos:
- 10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 10.1.1.1. Os documentos abrangidos pelo SICAF são relativos à:
- I) Regularidade Fiscal;
 - II) Regularidade Trabalhista;
 - III) Qualificação Econômica – Financeira;
 - IV) Habilitação Jurídica, exceto comprovação de legitimidade para assinatura de propostas e contratos.
- 10.1.1.2. O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste edital.
- 10.1.1.3. Ao licitante inscrito no SICAF, cujos documentos solicitados em Edital encontrem-se vencidos no SICAF ou aos documentos que não se encontrem inseridos no mesmo, deverá apresentar a documentação atualizada ao Pregoeiro no momento da habilitação.
- 10.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
- 10.2.1.2. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;
- 10.2.1.3. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 10.2.1.4. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 10.2.1.5. Portanto não poderá concorrer a matriz em nome da filial e vice-versa, salvo se a documentação de habilitação de ambas esteja regular;
- 10.2.2. Para comprovação da habilitação jurídica:
- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); OBSERVAÇÕES:

I – Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;

II- Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;

III – Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

10.2.3. Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

b) Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, conforme portaria conjunta: RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440/11 de 07 de julho de 2011.

10.2.4. Para comprovação da qualificação econômico-financeira:

a) Certidão negativa falência e/ou recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

b) Em caso de empresas em recuperação Judicial, a mesma deve apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório;

c) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial;

d) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

e) A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

10.2.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

10.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro.

10.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.6. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.7.3. Documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame

10.8. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos.

10.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.12. Os documentos que não tiverem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data assinalada para a data de abertura do Pregão, exceto casos de legislação específica, devidamente comprovada.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada, quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito.

11.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.5.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.5.2.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.6. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

11.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:

<https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=620b2f79bb3k62&nc=12083>.

11.12. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à Procuradoria Jurídica para parecer.

11.13. Caso o pregoeiro tenha que remarcar a data da sessão, a convocação será realizada através e exclusivamente pelo sistema do COMPRASNET, com aviso chat com pelo menos 01 (um) dia útil de antecedência.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

12.1.1. Se o primeiro proponente classificado, não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

12.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor.

12.2.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

13. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

13.1. A vigência do instrumento de contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo.

13.2. As obrigações decorrentes deste PREGÃO, consubstanciar-se-ão em um CONTRATO, cuja minuta se encontra no Anexo IV deste Edital.

13.3. O Contrato será encaminhada, sendo obrigação da Licitante a assinatura do instrumento, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento / publicação no diário oficial do município, caso não encaminhe o mesmo a divisão de contrato emitira notificação, para penalidades cabíveis.

13.3.1. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.4. O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador). Na hipótese de nomeação de procurador, mediante apresentação de cópia da procuração e cópia dos documentos do procurador.

13.5. A proponente vencedora, que no prazo, convocada dentro da validade de sua proposta, se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, ou firmar declaração falsa, poderá ficar impedida de licitar com o MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES.

13.6. Fica o Fiscal e o Gestor do Contrato, cientes da publicação do mesmo após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.2.1. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.2.1.2. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.2.1.3. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.2.1.4. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.2.1.5. deixar de apresentar amostra, quando exigida;

14.2.1.6. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.2.1.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.2.1.8. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.2.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.2.2. fraudar a licitação

14.2.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.2.3.2. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13. 2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13. 2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando for exigida;

13. 2.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

13. 2.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.3.1. Advertência;

14.3.2. Multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.4.2. as peculiaridades do caso concreto

14.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta.

14.5.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 10% do valor da proposta do licitante.

14.5.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% do valor da proposta.

14.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6,

13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item

13.10.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Adota-se nesta licitação e nos consequentes Contratos, a presente Cláusula Especial de Combate a Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA COLUSIVA: Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexequíveis;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:

(i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015;

(ii). Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga dos contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

14.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese do contrato vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço

eletrônico:

<https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=620b2f79bb3k62&nc=12083>

16.11. Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Teixeira Soares, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

16.12. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.13. A Administração poderá, até a assinatura do Contrato ou outro documento equivalente, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, econômico- financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer(em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

16.14. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o da Comarca de Teixeira Soares, com exclusão de qualquer outro.

16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo Padrão de Proposta;
- Anexo III– Declaração unificada;
- Anexo IV – Minuta do instrumento de Contrato.

Teixeira Soares, 27 de maio de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90029/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de Tecnologia da Informação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O objeto enquadra-se como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Os bens deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DOS ITENS E ESTIMATIVA DE VALOR

Planilha 01 – Descrição detalhada dos itens

GRUPO 01					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	Qtdd	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Roteador e Cloud Gateway Características técnicas: Processador: Quad-Core ARM Cortex-A57, com frequência de operação de 2,0 GHz. Memória RAM: 8 GB DDR4 Armazenamento Interno: 32 GB eMMC + 128 GB SSD. Possibilidade de expansão de armazenamento com baias internas para dois discos rígidos 3,5" (HDD) Interface de rede: 1 porta 2,5 GbE RJ45 e 1 porta 10G SFP+8 portas Gigabit RJ45 + 1 porta 10G SFP+ LAN. Firewall com Stateful Packet Inspection, roteamento avançado, VPN (incluindo OpenVPN, IPsec e outras modalidades), balanceamento de carga e failover multi-WAN IDS/IPS com throughput de até 5 Gbps, assegurando proteção e detecção de ameaças em alta velocidade. Integra nativamente o sistema UniFi OS, permitindo a gestão	un	1	R\$ 8.164,56	R\$ 8.164,56



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	<p>centralizada de redes, dispositivos UniFi, aplicações e sistemas de vigilância (UniFi Protect). Aplicação de políticas, análise de tráfego, monitoramento e relatórios consolidados em um único painel administrativo. Equipado com tela touchscreen LCM de 1,3" para visualização de status e operação local simplificada. Formato rackmount padrão 1U, podendo ser instalado em armários de rede padrão 19 Chassi robusto em alumínio CNC e aço SGCC, adequado para ambientes corporativos. Fonte interna com suporte a entrada AC universal (100–240V) Consumo máximo: 60W Certificações: CE, FCC, IC, Anatel: 06369-24-08356, SRRC Garantia: 12 meses</p> <p>Observações: Integração nativa com o UniFi OS e compatibilidade total com a linha de produtos UniFi (Access Points, Switches, Cameras, etc), centralizando gestão, monitoramento e controle de segurança de toda a infraestrutura de rede em um único equipamento controlador. Capacidade de gravação local de vídeo com expansão de armazenamento interno para dois HDDs 3,5", permitindo uso simultâneo como central de rede e servidor de vídeo (NVR) para câmeras UniFi Protect.</p> <p>Sugestão: Unifi Dream Machine Pro Max</p>				
2	<p>Ponto de Acesso Wi-Fi Corporativo</p> <p>Características técnicas: Suporte ao padrão IEEE</p>	un	10	R\$ 1.133,76	R\$ 11.337,60



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

<p>802.11be (Wi-Fi 7); Compatibilidade retroativa com: 802.11a/b/g/n/ac/ax; Operação dual band simultânea (2,4 GHz + 5 GHz); Suporte a OFDMA, MU-MIMO e BSS Coloring; Suporte a WPA3 Enterprise e WPA3 Personal; Suporte a Fast Roaming (802.11k/v/r); Capacidade até 200 dispositivos Simultâneos; Cobertura aproximada mínima: 115 m² por AP; Throughput agregado compatível com Wi-Fi 7; Controle automático de potência e canais; Balanceamento automático de carga entre APs; 01 porta Ethernet RJ-45 Velocidade mínima: 2,5 GbE Alimentação via PoE (802.3af/at ou superior); Faixa de alimentação: aproximadamente 42-57 V DC Consumo máximo aproximado: até 13 W; Instalação em teto ou parede; Formato compacto; Gabinete em policarbonato resistente UV; Kit de fixação incluso; Cor branca padrão corporativo; Garantia: 12 meses</p> <p>Observações: A Administração Pública já possui infraestrutura de rede sem fio implantada e em operação baseada em plataforma de gerenciamento centralizado existente, utilizada para monitoramento, configuração e controle dos pontos de acesso atualmente instalados. Em razão da necessidade de padronização tecnológica, continuidade operacional, interoperabilidade entre equipamentos e redução de custos administrativos, operacionais e de treinamento, os equipamentos ofertados deverão ser plenamente compatíveis com a controladora de rede já existente, permitindo: <input type="checkbox"/> Adoção automática pela controladora sem necessidade</p>				
---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	<p>de software adicional;</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Gerenciamento nativo e integral pela mesma plataforma já utilizada pela Administração;<input type="checkbox"/> Aplicação das mesmas políticas de segurança, VLANs, autenticação e controle de acesso;<input type="checkbox"/> Atualização de firmware e monitoramento centralizado unificado;<input type="checkbox"/> Operação integrada de roaming entre os pontos de acesso novos e existentes. <p>Não serão aceitas soluções que exijam controladora paralela, nova plataforma de gerenciamento ou pagamento de licenças adicionais para integração.</p> <p>Tal exigência fundamenta-se no princípio da padronização previsto no art. 41 da Lei nº14.133/2021, visando garantir compatibilidade técnica, economicidade, eficiência operacional e continuidade do serviço público.</p> <p>Sugestão: Unifi U7 Lite</p>				
3	<p>Câmera de Segurança IP</p> <p>Características técnicas:</p> <p>Sensor de imagem: CMOS de alta</p> <p>Sensibilidade;</p> <p>Resolução máxima: 4 MP (2K+)</p> <p>–</p> <p>2688 × 1512;</p> <p>Taxa de quadros: até 30 FPS;</p> <p>Compressão de vídeo: H.264 / H.265 (HEVC);</p> <p>Lente: fixa grande angular;</p> <p>Campo de visão aproximado:</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Horizontal: ~102°<input type="checkbox"/> Vertical: ~54°<input type="checkbox"/> Diagonal: ~120° <p>HDR: Sim (melhora imagem contra luz);</p> <p>WDR: digital avançado;</p> <p>Ajustes de imagem: brilho, contraste, nitidez, balanço de branco;</p> <p>Tecnologia: Infravermelho automático (IR);</p> <p>LEDs IR integrados;</p> <p>Alcance aproximado: até 30 metros;</p> <p>Filtro IR-Cut: automático (modo</p>	un	20	R\$ 923,29	R\$ 18.465,80



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

<p>dia/noite)</p> <p>Inteligência artificial embarcada; Recursos nativos de detecção inteligente (sem licença adicional):</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Detecção de pessoas<input type="checkbox"/> Detecção de veículos<input type="checkbox"/> Detecção de movimento inteligente<input type="checkbox"/> Zonas de detecção configuráveis<input type="checkbox"/> Notificações em tempo real no sistema UniFi Protect; <p>Interface: Ethernet 10/100 Mbps; Alimentação: PoE (802.3af); Acesso remoto: via aplicativo web e Mobile; Gravação: em NVR UniFi (não grava em cartão local); turret antivandalismo Grau de proteção: IPX5 (resistente à água e intempéries); Material: policarbonato + metal; Temperatura de operação: aproximadamente -20 °C a 40 °C; Instalação: parede ou teto; Alimentação: PoE padrão 48 V; Consumo máximo: ~5 W; Não requer fonte dedicada; Garantia: 12 meses;</p> <p>Observações: A Administração já possui solução de videomonitoramento corporativo em operação, baseada em plataforma de gerenciamento centralizado integrada à infraestrutura de rede institucional. Para garantir interoperabilidade, continuidade operacional, padronização tecnológica e economicidade, as câmeras fornecidas deverão ser totalmente compatíveis com a plataforma já existente, permitindo operação integral sem utilização de softwares adicionais, licenças de terceiros ou servidores intermediários. A exigência fundamenta-se no princípio da padronização e compatibilidade previsto no art. 41 da</p>				
---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	Lei nº 14.133/2021, visando evitar multiplicidade de plataformas, redução de custos operacionais, otimização da gestão e garantia de continuidade do serviço público. Sugestões: Ubiquiti G5 Turret Ultra				
4	Unidade de armazenamento para videomonitoramento Características técnicas: Unidade de armazenamento interna para sistema de videomonitoramento contínuo (CFTV/NVR), compatível com gateways de segurança com gravação embarcada. Capacidade nominal: 8 Terabytes Formato: 3,5 polegadas Interface: SATA III 6 Gb/s Tecnologia de gravação: CMR (Conventional Magnetic Recording) Aplicação: vigilância eletrônica / gravação contínua de vídeo Operação: 24 horas por dia / 7 dias por semana Compatível com múltiplos fluxos de gravação simultânea (câmeras IP) Taxa de transferência sustentada otimizada para vídeo Cache mínimo: 128 MB Rotação: classe 5400 RPM ou superior otimizada para vigilância Workload mínimo: ≥ 180 TB/ano Suporte a gravação simultânea de múltiplos canais HD/4K Firmware otimizado para DVR/NVR evitando perda de Frames Baixa latência para leitura de playback Alta tolerância a vibração para operação em rack MTBF elevado para operação contínua Tecnologia de otimização de fluxo de vídeo (ATA streaming / equivalente) Controle de erros priorizando gravação contínua Ajuste automático para múltiplas câmeras IP Operação silenciosa e baixo	un	2	R\$ 2.259,28	R\$ 4.518,56



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	aquecimento Proteção contra perda de quadros (frame drop) Compatível com sistemas Linux embarcados de gravação (ex.: appliances NVR) Garantia mínima: 3 anos Sugestão: WD Purple 8TB Surveillance HDD /Seagate SkyHawk 8TB Surveillance HDD				
GRUPO 02					
5	Ponto de Acesso Wi-Fi Externo Características técnicas: Tecnologia Wi-Fi: IEEE 802.11ax (Wi-Fi 6) com suporte a 802.11a/b/g/n/ac/ax, proporcionando melhor desempenho, eficiência e capacidade de conexão de múltiplos usuários. Taxa Agregada Máxima de Dados: até aproximadamente 3000 Mbps em combinações de banda 2,4 GHz e 5 GHz (AX3000). Banda 2,4 GHz: até ~574 Mbps. Banda 5 GHz: até ~2402 Mbps. Tecnologia Antena: integração de antenas omnidirecionais MUMIMO 2x2 em ambas as bandas, garantindo cobertura uniforme de sinal. Interfaces de Rede Portas Ethernet: 1 porta Gigabit Ethernet RJ-45 para dados e alimentação via PoE. Porta SFP: 1 porta SFP 1 Gbps, permitindo conexão de fibra óptica de longa distância (compatível com single-mode para até ~20 km). Alimentação Power over Ethernet (PoE): compatível com padrões IEEE 802.3af/802.3at (PoE+), permitindo alimentação pelo cabo de rede. Fonte Local: entrada DC 12 V/2 A (opcional quando PoE não for utilizado). Consumo de Energia: típico até ~18–24 W. Robustez e Ambiente de Operação Classificação Ambiental: Grau de proteção IP68, ou seja,	un	2	R\$ 3.327,25	R\$ 6.654,50



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

<p>protegido contra poeira, chuva e intempéries para uso externo. Temperatura de Operação: entre -30 °C e +65 °C, adequado para ambientes externos severos. Montagem e Estrutura Formato: Design robusto para aplicação em paredes, postes ou estruturas externas. Fixação: Suportes e acessórios de instalação incluídos (suportes de montagem e fixadores). Classificação IP68 Recursos de Software e Gerenciamento Modos de Operação: Pontos de acesso (AP) sem fio com suporte a SSIDs múltiplos (MultiSSID) e segurança WPA/WPA2 (AES). Gerenciamento: Configuração via interface Web, aplicativo e/ou controle em nuvem compatível com plataforma de gerenciamento Condições de Fornecimento e Garantia Produto novo, original de fábrica, não recondicionado nem remanufaturado. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Documentação técnica, certificações de conformidade (incluindo Anatel, CE, RoHS ou equivalente). Embalagem individual identificada com marca, modelo e instruções de uso.</p> <p>Observações: Os Access Points deverão ser gerenciáveis por plataforma de controle centralizado em nuvem do fabricante, sem necessidade de controladora física ou servidor local, permitindo provisionamento automático (Zero-Touch Provisioning). A plataforma deverá possibilitar o gerenciamento de múltiplos locais/unidades, interface gráfica amigável via Web e/ou aplicativo móvel, monitoramento em tempo real e histórico, atualização remota de firmware, criação de múltiplos SSIDs, associação a VLANs e políticas</p>				
---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	de controle de acesso. Não deverá haver cobrança de licenças recorrentes, assinaturas ou taxas adicionais para utilização das funcionalidades básicas de gerenciamento.” Sugestão: Ruijie/Reyee RGRAP6262				
6	Switch Gerenciável L2 24 portas Gigabit Características técnicas: Tipo: Access Point corporativo Indoor; Montagem: teto ou parede; Gerenciamento centralizado via plataforma cloud; Suporte a redes corporativas de alta densidade Alimentação PoE padrão IEEE 802.3at Uso profissional contínuo Resolução CONAMA 401/2008 e Norma ABNT 7039/87 e 11175/90; Compatível com IEEE 802.11 a/b/g/n/ac/ax/be (Wi-Fi 4, 5, 6 e 7); Dual Band simultâneo: 2.4 GHz + 5 GHz Beamforming MU-MIMO Até 688 Mbps em 2.4 GHz Até 4323 Mbps em 5 GHz Throughput agregado aproximado: 5011 Mbps 5 streams espaciais 2x2 MIMO (2.4 GHz) 3x3 MIMO (5 GHz) 4K-QAM MLO (Multi-Link Operation) AI Roaming 802.11k / v / r roaming rápido WIO (otimização automática de RF) Antena Omini-direcional Ganho de Antena 5Ghz: 2.0dBi Ganho de Antena 2.4Ghz: 3.0dBi Suporte de alta densidade de usuários (aprox. 250 clientes simultâneos) Recomendado para alta densidade de clientes Até 300 dispositivos gerenciados por controladora 1x porta Ethernet 10/100/1000 Mbps 1x porta Ethernet 2.5 Gigabit	un	5	R\$ 2.057,25	R\$ 10.286,25



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	<p>(2.5GBase-T) PoE+ IEEE 802.3at Alternativo: DC 12V Consumo máximo: até 30W Garantia: 36 meses</p> <p>Observações: O equipamento deverá possuir plataforma de gerenciamento em nuvem nativa do fabricante, não sendo aceitas soluções que dependam de controladora local dedicada ou servidor interno para funcionamento das funcionalidades principais. Provisionamento automático zero-touch via internet, possuir monitoramento remoto em tempo real, backup automático de configurações em nuvem e a possibilidade de acesso multisite em um único painel.</p> <p>Sugestão: Ruijie/Reyee RGRap72Pro</p>				
7	<p>Switch Gerenciável L2 24 portas Gigabit</p> <p>Características mínimas: 24 portas RJ-45 10/100/1000 Mbps auto-negociação 4 portas uplink SFP 1Gbps dedicadas Não serão aceitos uplinks compartilhados (combo) Tabela MAC mínima: 8.000 endereços Capacidade de comutação mínima: 56 Gbps Taxa de encaminhamento mínima: 41 Mpps Jumbo Frame mínimo: 9.216 bytes Montagem padrão rack 19" Fonte interna bivolt automática 100-240V Proteção contra surtos elétricos mínima de 6 kV Temperatura operacional mínima: 0°C a 50°C MTBF mínimo: 200.000 horas VLAN 802.1Q (mínimo 4.000 VLANs) Link Aggregation (LACP) STP / RSTP IGMP Snooping Port Mirroring Storm Control (broadcast/multicast/unicast) Isolamento de portas LLDP</p>	un	2	R\$ 3.484,75	R\$ 6.969,50



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	<p>ACL por porta DHCP Snooping Proteção contra ARP spoofing IP Source Guard Detecção de loops Controle de tempestade de broadcast Gerenciamento via plataforma em nuvem do fabricante sem cobrança de licença Gerenciamento via Web GUI local SNMP CLI Provisionamento automático (zero-touch provisioning) Monitoramento remoto em tempo real Configuração remota de VLAN Atualização remota de firmware Garantia: 5 anos do fabricante</p> <p>Observações: Descoberta automática de topologia física em mapa visual Identificação automática de dispositivos conectados Configuração em lote baseada em cenários (ex.: escritório, escola, CFTV) Provisionamento remoto apenas pelo número de série Gerenciamento remoto sem VPN Monitoramento via aplicativo móvel do fabricante Criação automática de VLAN baseada no tipo de dispositivo conectado Reconhecimento automático de câmeras IP e priorização de tráfego Atualização remota em massa por nuvem nativa do fabricante Zero-touch provisioning real (sem intervenção local)</p> <p>Sugestão: witch Gerenciável Ruijie/reyee Rg-nbs3100-24gt4sfp-v2 (I2)</p>				
8	<p>Switch não Gerenciável 24 portas Gigabit</p> <p>Características mínimas: 24 portas RJ-45 10/100/1000 Mbps Auto negociação de velocidade Auto MDI/MDIX Padrão IEEE 802.3, 802.3u, 802.3ab Modo Store-and-Forward</p>	un	5	R\$ 796,29	R\$ 3.981,45



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	<p>Capacidade de comutação mínima: 48 Gbps Taxa de encaminhamento mínima: 35,7 Mpps Tabela MAC mínima: 8.000 endereços Suporte a Jumbo Frame mínimo: 9 KB Controle de fluxo IEEE 802.3x Backpressure half-duplex Gabinete metálico Montagem rack 19" ou mesa Fonte interna bivolt automática (100–240V) Funcionamento silencioso (fanless) LEDs indicadores por porta (link/atividade/velocidade) Operação contínua 24 horas Garantia 12 meses</p> <p>Observações: Equipamento deverá possuir gabinete metálico, montagem em rack e capacidade de comutação compatível com operação simultânea em todas as portas Gigabit, não sendo aceitos switches Fast-Ethernet ou de uso doméstico.</p> <p>Sugestão: TP-Link TLSG1024D</p>				
GRUPO 03					
9	<p>Conector Fêmea Cat5e Keystone</p> <p>Características Técnicas Ambiente de Instalação: interno Cor: branco Tipo de conector: RJ45 Padrões de montagem T568A e T568B Material: termoplástico de alto impacto não propagante a chama UL 94V-0 Diâmetro do condutor (mm): 26 a 22 AWG Certificações: ISO9001/ISO14001 Certificado UL Listed Possuir homologação Anatel Conformidade com a Diretiva RoHS Folheto de montagem em português Garantia: 12 meses</p> <p>Sugestão: Conector Fêmea SohoPlus CAT.5e, ou similar</p>	un	100	R\$ 10,83	R\$ 1.083,00



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

10	<p>Conector RJ45 cat5e</p> <p>Características Técnicas Categoria: CAT6 Modelo: vazado/passagem (pass through) Ambiente de instalação: Interno Compatibilidade: Cabo sólido Altura: 10,7mm Largura: 11,7mm Profundidade: 21,4mm Cor: Transparente Tipo de conector: RJ-45 Peso: 0,002kg Tipo de cabo: U/UTP Diâmetro do condutor: 26mm a 24mm AWG Material do contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel; Temperatura de operação: - 10°C a 60°C; RoHS: Este produto está em conformidade com a Diretiva Europeia RoHS: uma medida restritiva ao uso de metais pesados na fabricação dos produtos e relacionada à preservação do meio ambiente. Normas: ANSI/TIA/EIA-568-C.2 ANSI/TIA/EIA-569 ANSI/TIA/EIA-570-A ISO/IEC 11801 FCC part 68 ANSI/TIA/EIA-606-A Possuir Homologação Anatel (obrigatório)</p> <p>Observações: Conectores CAT5e Conectores sem homologação ANATEL Banho de ouro inferior a 50µ Material plástico quebradiço ou leitoso Conectores sem guia interno Conectores incompatíveis com cabo 23AWG Conectores de passagem parcial O catálogo deverá comprovar categoria (Cat6 ou superior), compatibilidade com bitola especificada, padrão de montagem, material de fabricação e Conformidade com normas técnicas.</p>	un	500	R\$ 5,51	R\$ 2.755,00
----	--	----	-----	----------	--------------



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	Sugestão: Sohoplus Cat.6, Nexans, similar ou superior				
11	Capa protetora SNAP para conector RJ45 Características Técnicas: Cor: Transparente Material do Produto: Termoplástico de alta resistência (ABS ou policarbonato) Material não propagante à chama Indicado para uso em sistemas de cabeamento estruturado Compatibilidade: RJ45 Cat5, Cat5e e Cat6	un	500	R\$ 0,63	R\$ 315,00
12	Patch Cord RJ45 Cat6 Características Técnicas Cabo de 4 pares trançados compostos de condutores flexíveis de cobre 24 AWG, isolados em polietileno especial Tipo de cabo: U/UTP CAT.6 Diâmetro nominal 5,5mm Suporta largura de banda de 250Mhz Condutor: cobre eletrolítico flexível (stranded) 100% cobre Capa externa em PVC retardante à chama CMX Cor: vermelho Comprimento: 1,5m Protetor de conector: com bota de proteção (boot) anti-quebra Possuir certificado/homologação Anatel Normas obrigatórias ANSI/TIA-568.2-D Categoria 6 ISSO/IEC 11801 UL Listed ou ETL Verified Identificação obrigatória Categoria do cabo Comprimento Fabricante ou marca Lote de Fabricação Garantia 12 meses Observações: Não serão aceitos: Patch cord montado manualmente Cabo rígido (sólido) crimpado	un	200	R\$ 33,75	R\$ 6.750,00
13	Cabo de rede Cat6 (caixa com 305m) Características Técnicas Categoria: CAT.6	cx	10	R\$ 1.310,62	R\$ 13.106,20



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	<p>Ambiente de instalação: interno Condutor: fio sólido de cobre eletrolítico nu Bitola do Condutor: 24AWG Isolamento: Polietileno de alta densidade Quantidade de pares: 4 Cruzeta: sim Construção: U/UTP Capa: constituído por PVC retardante a chama Classe de flamabilidade: NBR 14705 Diâmetro aproximado: até 6,5mm Marcação metro a metro na capa Possuir homologação Anatel RoHS: Cabo de acordo com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances) Normas: ANSI/TIA-568.2-D e NBR 14703 Garantia: 12 meses</p> <p>Observações: Não será aceito cabo com condutor em liga metálica (CCA – Copper Clad Aluminum, CCS – Copper Clad Steel ou similares), sendo obrigatório condutor 100% cobre. Deverá ser apresentado catálogo técnico contendo categoria do cabo, bitola (AWG), material do condutor (100% cobre), tipo de capa, certificações de desempenho (ANSI/TIA ou ISO/IEC) e, quando aplicável, homologação ANATEL.</p> <p>Sugestão de Marcas: MPT SohoPlus, Nexans, Legrand, Copperlan</p>				
14	<p>Cabo de rede Cat5e (caixa com 305m)</p> <p>Características Técnicas Categoria: CAT.5e Ambiente de instalação: interno Condutor: fio sólido de cobre eletrolítico nu Bitola do Condutor: 24AWG Isolamento: Poliolefina com diâmetro nominal do isolamento de 0,9mm Quantidade de pares: 4 Construção: U/UTP Capa: constituído por PVC retardante a chama</p>	cx	10	R\$ 972,50	R\$ 9.725,00



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	<p>Classe de flamabilidade: CMX: IEC 60332-1 conforme ABNT NBR 14705</p> <p>Possuir homologação Anatel Identificação obrigatória na capa O cabo deverá possuir gravação contínua contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Nome do fabricante ou marca<input type="checkbox"/> Categoria (CAT5e)<input type="checkbox"/> Tipo de material do condutor<input type="checkbox"/> Número do lote<input type="checkbox"/> Marcação métrica sequencial<input type="checkbox"/> Número de homologação <p>ANATEL</p> <p>Cabo de acordo com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances)</p> <p>Normas: TIA-568.2-D ANSI/TIA-569 ISO/IEC 11801 UL 444 NBR 14703 NBR 14705 Garantia: 12 meses</p> <p>Observações: Não serão aceitos: Cabos com condutor em alumínio cobreado (CCA) Cabos flexíveis (patch cable) para infraestrutura Cabos sem certificação ANATEL impressa Cabos fora do padrão 24 AWG Cabos sem metragem sequencial Deverá ser apresentado catálogo técnico contendo categoria do cabo, bitola (AWG), material do condutor (100% cobre), tipo de capa, certificações de desempenho (ANSI/TIA ou ISO/IEC) e, quando aplicável, homologação ANATEL.</p> <p>Sugestão de Marcas: SohoPlus, Nexans, Legrand, Copperlan</p>				
15	<p>Cabo de rede Cat5e dupla capa (caixa com 305m)</p> <p>Características técnicas: Condutor: Fio sólido de cobre eletrolítico nu, bitola 24 AWG. Isolamento: Polietileno de alta densidade Par: Os condutores isolados são torcidos dois a dois com passos adequados firmemente aderidos</p>	cx	5	R\$ 1.403,37	R\$ 7.016,82



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	<p>para minimizar o efeito do destrançamento.</p> <p>Cobertura: 1ª CAPA: Composto termoplástico PVC, classe de flamabilidade CMX, diâmetro nominal 4,70 +/- 0,20 mm.</p> <p>2ª CAPA: Composto termoplástico retardante a chama com proteção UV, classe de flamabilidade CMX, diâmetro 5,70 +/- 0,20 mm.</p> <p>Taxa de Transmissão: Até 100 MHz.</p> <p>NORMAS APLICÁVEIS: ANSI/TIA 568-C.2; ISO/IEC 11801; NBR 14703. CERTIFICADO ANATEL, Diretiva RoHS</p> <p>Observações: Não será aceito cabo com condutor em alumínio revestido (CCA). Deverá possuir resistência à umidade e intempéries (para uso externo). Deverá possuir resistência UV (caso instalação externa). Cabo apropriado para instalação aérea Deverá apresentar ficha técnica do fabricante no momento da proposta.</p> <p>Sugestão de Marcas: Copperlan, Lan Expert</p>				
GRUPO 04					
16	<p>Mousepad Cooperativo</p> <p>Características técnicas: 100% poliéster reciclado Forma retangular com bordas arredondadas para conforto Superfície em tecido microtexturizado de alta densidade Superfície e camada interna Base em borracha natural ou elastômero antiderrapante integral Alta aderência a superfícies planas horizontais Não deve deslizar durante uso normal Espessura adequada para conforto: mínimo 2–3 mm Costura antidesgaste</p>	un	100	R\$ 82,48	R\$ 8.247,50



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	<p>Nylon + Poliéster Bordas costuradas (overlock) ou termo seladas, sem rebarbas Cor: Grafite Dimensão mínima: (L x A x E): 230 x 200 x 2mm Garantia 12 meses</p> <p>Observações: O produto deverá apresentar superfície microtexturizada de alta densidade, base antiderrapante, bordas costuradas e dimensões mínimas de 20 x 23 cm, não sendo aceitos modelos promocionais, domésticos ou de baixo desempenho (ex.: EVA fino, PVC simples sem costura ou similar). Deverá ser apresentado catálogo técnico que comprove as dimensões mínimas exigidas (20x 23 cm), material da superfície, tipo de base antiderrapante, espessura e acabamento das bordas.</p> <p>Sugestões de marcas: Logitech, hyperx, HP e similares</p>				
17	<p>Kit Teclado e mouse sem fio</p> <p>Características técnicas: Layout ABNT2 Conexão sem fio 2,4Ghz Plug-and-Play Teclas de perfil baixo Tecnologia SilentTouch Layout padrão brasileiro ABNT2 com tecla "Ç" Design resistente a derramamentos Luz indicadora da tecla Caps Lock / Num Lock Altura do teclado ajustável Bateria do Teclado: 2x AAA Duração das pilhas do teclado: 36 meses Teclas especiais: 15 teclas de função acessíveis com a tecla fn Mouse com botão de ligar/desligar Tecnologia do sensor: Rastreamento óptico avançado Resolução do sensor do mouse: 1000 dpi Bateria do mouse: 1x AA Duração das pilhas para mouse:</p>	un	30	R\$ 235,75	R\$ 7.072,50



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	<p>12 meses Possuir certificação ANATEL Garantia: 12 (doze) meses</p> <p>Observações: Teclado, mouse, receptor sem fio, documentação do usuário, duas pilhas AAA para o teclado e 1 pilha AA para o mouse. O produto deverá possuir tecnologia de operação silenciosa com redução perceptível de ruído mecânico, característica destinada a ambientes administrativos compartilhados, não sendo aceitos modelos convencionais de digitação padrão. O licitante deverá apresentar catálogo técnico ou ficha técnica oficial do fabricante, em formato PDF, comprovando integralmente as especificações exigidas. Não serão aceitos produtos de linha promocional, doméstica ou de baixa durabilidade, devendo o kit ser destinado a uso corporativo contínuo.</p> <p>Sugestão: Logitech MK295, HP 235, Microsoft Wireless Desktop 900</p>				
18	<p>Mouse sem fio</p> <p>Características Técnicas Tecnologia sem fio 2.4 GHz com receptor USB nano dedicado; Sensor óptico de alta precisão com resolução mínima de 1000 DPI; Rastreamento suave em múltiplas superfícies; Vida útil mínima dos botões de 5 milhões de cliques; 3 botões (esquerdo, direito e scroll); Design ergonômico anatômico; Estrutura em plástico ABS de alta resistência; Autonomia mínima de 12 meses comprovada em catálogo técnico; Rastreamento suave e preciso em múltiplas superfícies; Alimentação por pilha AA ou AAA inclusa; Compatibilidade com Windows</p>	un	20	R\$ 104,98	R\$ 2.099,50



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	<p>10 ou superior e Linux; Produto original de fábrica; Certificações aplicáveis (ANATEL e internacionais quando exigido); Garantia mínima de 12 meses no Brasil.</p> <p>Observações: O licitante deverá apresentar catálogo técnico ou ficha técnica oficial do fabricante, em formato PDF, comprovando integralmente todas as especificações exigidas. Não serão aceitos produtos de linha promocional, doméstica ou de baixa durabilidade, devendo o equipamento ser destinado a uso corporativo contínuo, comprovado em catálogo do fabricante.</p> <p>Sugestão de marcas: Logitech M280, HP, Dell MS300, Lenovo W1310</p>				
19	<p>Pilha Alcalina AA alta performance</p> <p>Características Técnicas Tipo: Alcalina (Alkaline Manganese Dioxide – Zn/MnO₂) Tensão nominal: 1,5 Volts Capacidade mínima típica: superior a 2500 mAh (quando aplicável e informado pelo fabricante) Curva de descarga estável e consistente Baixa taxa de autodescarga Vida útil em armazenamento mínima de 5 anos Indicada para dispositivos de consumo médio e alto Desempenho superior em equipamentos sem fio Alta resistência a vazamentos Sistema interno de vedação reforçada contra derramamento de eletrólito Tecnologia de proteção contra corrosão interna Estrutura metálica reforçada Invólucro externo resistente a impactos Livre de metais pesados nocivos (como mercúrio e cádmio), conforme normas ambientais vigentes</p>	un	300	R\$ 6,96	R\$ 2.088,00



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	<p>Conformidade com normas internacionais de segurança para pilhas alcalinas</p> <p>Produto com certificações nacionais e/ou internacionais aplicáveis</p> <p>Atender normas IEC para pilhas alcalinas (IEC 60086 ou equivalente)</p> <p>Conformidade com normas ambientais e de segurança</p> <p>Garantia contra defeitos de fabricação</p> <p>Produto original de fabricante reconhecido no mercado</p> <p>Observações:</p> <p>Não serão aceitas pilhas de linha econômica, promocional ou genérica, devendo o produto ser classificado pelo fabricante como linha de alta performance ou equivalente, comprovado em catálogo técnico.</p> <p>Sugestão de marcas: Duracell Alcalina Ultra, Energizer Max, Philips Power Alkaline, Panasonic Alkaline Pro</p>				
20	<p>Pilha Alcalina AAA alta performance</p> <p>Características Técnicas</p> <p>Pilha alcalina não recarregável (Zn/MnO₂);</p> <p>Tensão nominal: 1,5 Volts;</p> <p>Tamanho/Modelo: AAA (LR03);</p> <p>Ideal para dispositivos eletrônicos de baixo e médio consumo.</p> <p>Energia estável e duradoura ao longo de sua vida útil;</p> <p>Baixa taxa de autodescarga;</p> <p>Mantém desempenho pleno durante maior período de uso comparado a pilhas básicas;</p> <p>Indicada para uso em equipamentos de uso contínuo ou frequente.</p> <p>Construção robusta com materiais de alta resistência mecânica;</p> <p>Invólucro externo resistente à corrosão;</p> <p>Sistema de vedação interna contra vazamentos;</p> <p>Livre de metais pesados (mercúrio, cádmio e chumbo), em conformidade com normas</p>	un	300	R\$ 7,26	R\$ 2.178,00



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	<p>ambientais aplicáveis. Normas de segurança e desempenho de pilhas alcalinas (ex.: IEC 60086 ou equivalente) O produto deverá possuir validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de recebimento. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação; A assistência técnica e suporte deverão ser prestados pelo fabricante ou por rede autorizada no Brasil.</p> <p>Observações: O produto deverá ser de linha premium de alta performance, destinado a uso prolongado em dispositivos eletrônicos, com tecnologia alcalina avançada e desempenho superior ao de pilhas convencionais de baixo custo, comprovado em catálogo técnico ou ficha técnica do fabricante. Não serão aceitos produtos de linha promocional ou de baixa durabilidade.</p> <p>Sugestão de marcas: Duracell Alcalina Ultra, Energizer Max, Philips Power Alkaline, Panasonic Alkaline Pro</p>				
21	<p>Tablet com teclado e caneta</p> <p>Características Técnicas: Octa-core com frequência mínima de até 2.7 GHz Arquitetura avançada com suporte a inteligência artificial (mínimo 8 TOPS) Memória RAM: mínimo de 8 GB LPDDR4X Armazenamento interno: mínimo de 128 GB Tamanho mínimo de 12 polegadas Tecnologia AMOLED ou superior Resolução mínima 2.5K (aprox. 2560 x 1600) Proporção 16:10 Brilho mínimo de 500 nits Sistema Android versão 13 ou superior Suporte a rede móvel 5G Wi-Fi dual band (2.4 GHz e 5 GHz) Bluetooth integrado GPS integrado Dual SIM (ou compatível)</p>	un	2	R\$ 4.075,01	R\$ 8.150,02



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

<p>Porta USB-C para dados e carregamento Conector magnético (POGO PIN) para teclado Compatível com hubs USB-C e expansão de periféricos Câmera traseira: mínimo 13 MP Câmera frontal: mínimo 12 M Capacidade mínima de 10.000 mAh Autonomia para uso prolongado (mínimo 8h típico) Acelerômetro Giroscópio Sensor de luminosidade Sensor de proximidade Acessórios inclusos Teclado magnético destacável Caneta digital com sensibilidade à pressão Capa protetora Carregador e cabos Garantia mínima de 12 meses</p> <p>Justificativa do teclado: A exigência de teclado e caneta digital visa ampliar a funcionalidade dos tablets, permitindo sua utilização em atividades administrativas que demandam digitação, preenchimento de documentos e anotações, aumentando a produtividade, ergonomia e eficiência no uso dos equipamentos, sem restringir a competitividade.</p> <p>Sugestão de marcas: VAIO TL12</p>				
TOTAL				R\$ 140.964,76

*Os valores poderão ser inseridos nesta tabela caso sejam de conhecimento do órgão por meio de Estudo Técnico Preliminar ou Plano de Contratações Anual. Caso não exista tal estimativa nesta fase inicial da elaboração, após a pesquisa de preços para definir a estimativa da contratação, os valores poderão ser inseridos na forma de anexo do Termo de Referência.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 140.964,76 (cento e quarenta mil novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

A especificação técnica dos itens juntamente com o arquivo do Edital no Comprasnet (RELAÇÃO DE ITENS) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição no Termo de Referência, prevalecerá a que consta do TR.

2.1. O valor estimado foi apurado mediante pesquisa de preços realizada conforme a legislação vigente.

2.2. O custo estimado total da contratação será fixado em certidão anexa ao processo administrativo.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com fundamento:

I – no art. 18 da Lei nº 14.133/2021;

II – nos arts. 6º, XXIII, e 40 da Lei nº 14.133/2021;

III – no Estudo Técnico Preliminar integrante do Processo Administrativo nº 17.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

4.1. A contratação justifica-se em razão de necessidade de manutenção, ampliação e padronização da infraestrutura tecnológica do órgão, garantindo a continuidade dos serviços, a segurança da informação e o adequado funcionamento dos sistemas institucionais.

4.2. O objeto é essencial para assegurar desempenho, disponibilidade e suporte às atividades administrativas e finalísticas da Administração Municipal.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

Os bens deverão observar, quando aplicável, critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da legislação pertinente.

5.2. Garantia

5.2.1. O prazo mínimo de garantia será de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.

5.2.2. Durante o período de garantia, o fornecedor deverá reparar ou substituir, às suas expensas, quaisquer vícios ou defeitos apresentados.

5.3. Subcontratação

(X) Não é admitida a subcontratação.

ou

() É admitida a subcontratação parcial, nos limites definidos no contrato.

6. ENTREGA E PRAZO

6.1. O prazo para entrega dos bens será de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho ou assinatura do contrato.

6.2. A entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Rua XV de Novembro, 135, Centro, Teixeira Soares-PR

6.3. Os bens poderão ser fornecidos:

() Em parcela única.

ou

(X) De forma parcelada, conforme cronograma a ser definido.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

- 7.1.** O fornecedor deverá entregar os bens devidamente embalados, identificados e acompanhados da respectiva nota fiscal.
- 7.2.** Os bens deverão estar em conformidade com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.
- 7.3.** O fornecedor deverá entregar os bens conforme prazos definidos no item 6.

7.4. Quando o fornecimento ocorrer de forma parcelada o prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do envio de cada nota de empenho, conforme solicitações de natureza parcelada emitidas pelo gestor do contrato ao longo da vigência da contratação.

- 7.5.** Os produtos serão entregues Paço Municipal de Teixeira Soares-PR, situado na Rua XV de Novembro, nº 135, centro, na cidade de Teixeira Soares, Estado do Paraná, CEP: 84.530-000.
- 7.6.** Os horários de entrega sempre serão em dias úteis, de segunda a sexta-feira, nos seguintes horários: manhã (09h00min às 11h30min) e tarde (13h30min às 17h00min), diretamente ao agente público indicado pelo gestor do contrato arrolado neste instrumento.
- 7.7.** Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.8. Garantia do Objeto

- 7.8.1.** Aplica-se ao objeto a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor.
- 7.8.2.** Quando exigida, a garantia contratual complementar será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.
- 7.8.3.** Durante o período de garantia, a contratada deverá reparar ou substituir, às suas expensas, os bens que apresentarem vício ou defeito.
- 7.8.4.** A reparação ou substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação.
- 7.8.5.** Não sanado o vício no prazo estipulado, poderá a Administração providenciar a reparação por terceiros, às expensas da contratada.
- 7.8.6.** Os custos de transporte dos bens durante o período de garantia serão de responsabilidade da contratada.
- 7.8.7.** A garantia possui prazo próprio, independente da vigência contratual.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I – entregar o objeto conforme especificações;
- II – substituir itens rejeitados;
- III – arcar com frete, tributos e encargos;
- IV – manter regularidade fiscal durante a execução;
- V – responder por vícios e danos.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I – receber provisória e definitivamente;
- II – fiscalizar a execução;
- III – efetuar pagamento;
- IV – comunicar irregularidades.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado.

10.2. Compete ao fiscal:

I – verificar a conformidade dos bens entregues;

II – atestar a nota fiscal;

III – registrar ocorrências.

10.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei federal nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.5. As comunicações entre a Prefeitura Municipal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.6. A Prefeitura Municipal poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Prefeitura Municipal poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por agentes da Administração especialmente designados para este fim, pelos respectivos substitutos, nos termos dos tópicos abaixo:

10.9. Gestão do contrato:

10.9.1. O Gestor do contrato possuirá as seguintes atribuições:

I - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

II - acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

III - coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

IV - elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

V - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial.

VI - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

VII - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais

VIII - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.10. Fiscalização técnica:

10.10.1. O Fiscal técnico do contrato possuirá as seguintes atribuições:

I - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

II - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.

III - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

IV - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas.

V - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VI - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico

10.11. Fiscalização administrativa:

10.11.1. O Fiscal administrativo do contrato possuirá as seguintes atribuições:

I - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

II - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência

III - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

10.12. As funções de gestão e fiscalização do contrato serão aglutinadas e exercidas por um mesmo servidor, considerando o reduzido grau de complexidade e valor do objeto contratado, nos termos das justificativas apresentadas no Documento de Formalização de Demanda expedido pela Direção desta entidade, considerando a estrutura administrativa desta entidade.

10.13. Não obstante a gestão e fiscalização ser exercida por um único servidor, a Direção Geral poderá, de ofício ou considerado solicitação do servidor nomeado devidamente fundamentada, indicar outro servidor para exercer a gestão e/ou fiscalização da contratação, dividindo as responsabilidades pertinentes.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

10.14. Fica designado(a) para exercer a gestão e fiscalização desta contratação, o servidor Eloyr José Jagher, ocupante do cargo de Secretário Geral de Governo e a Servidora Adriane Paula Barbieri ocupante do cargo de Fiscal de Contrato.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1. Recebimento do Objeto

11.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, seja verbal ou escrita, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela qualidade, segurança e adequação do objeto fornecido.

11.2. Liquidação

11.2.1. Recebida a nota fiscal, o prazo para liquidação será de até 10 (dez) dias.

11.2.2. A nota fiscal deverá conter os dados do contrato e do órgão contratante.

11.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas e identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

11.2.6. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **05 (cinco) dias**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado o contraditório e ampla defesa.

11.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua irregularidade fiscal.

11.3. Prazo de Pagamento

11.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a liquidação.

11.3.2. Será efetuada retenção tributária conforme legislação vigente.

11.3.3. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX / 100) / 365$ EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

11.4. Forma de Pagamento

11.4.1. O pagamento será realizado por meio de cartão de pagamento, ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.5. Antecipação do Pagamento

11.5.1. A presente contratação permite a antecipação de pagamento total ou parcial, desde que devidamente justificado dentro das possibilidades contidas no §1º do art. 145 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.5.2. O contratado poderá emitir recibo/nota fiscal ou fatura/documento idôneo correspondente ao valor da antecipação de pagamento, tão logo o contrato ou nota de empenho (nas situações legais previstas de dispensa de contrato) sejam assinados ou encaminhados ao contratado respectivamente, possibilitando que o contratante efetue o pagamento de forma antecipada.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

11.5.3. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

11.5.4. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

11.5.5. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada INPC, ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

11.5.6. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

11.5.7. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento dos documentos constantes no item 6.5.2.

11.5.8. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

11.5.9. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

11.5.10. A antecipação poderá ser condicionada à prestação de garantia equivalente ao valor antecipado.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Forma de seleção

O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório ou contratação direta, conforme enquadramento legal.

12.2. Critério de Julgamento

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço, maior desconto ou outro previsto no instrumento convocatório, conforme definido no processo administrativo.

12.3. Consultas prévias antes da celebração do contrato

12.3.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, em conformidade com o § 4º do art. 91 da Lei Federal nº 14.133/2021, tais como:

a) Consulta aos Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

b) Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP: (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

12.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.5.1. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

12.6. Exigências de habilitação



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

Habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira, conforme arts. 67 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

12.6.1. Habilitação jurídica

I - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

II - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

III - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

IV - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

VI - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

VIII - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

IX - **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

X - **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

12.6.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.6.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

VII - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

VIII - Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

12.6.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.6.2.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.10. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

12.11. O eventual interessado poderá atestar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

13. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

Serão desclassificadas propostas que:

- I – não atendam às especificações técnicas;
- II – apresentem preços superiores ao estimado;
- III – apresentem indícios de inexecutabilidade;
- IV – contenham vícios insanáveis.

14. VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O valor estimado inclui todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

- 14.2.** No valor estarão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
- 14.3.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;
- 14.4.** Após o interregno de um ano e, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou o índice oficial que vier a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 14.5.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 14.6.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;
- 14.7.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 14.8.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 14.9.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 14.10.** O reajuste será realizado por apostilamento.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Público da Prefeitura Municipal de Teixeira Soares-PR.
- 15.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação especificada na consulta ao departamento de contabilidade que consta como anexa ao presente instrumento.

Teixeira Soares-PR, 14 de abril de 2026.

Eloyr José Jagher
Secretário Geral de Governo

Giovani Cabral
Diretor de TI

Edina Pereira dos Santos
Responsável pela elaboração do TR

ANEXO II [MODELO DE] PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social: _____ CNPJ _____



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

Endereço: _____
Cidade/Estado: _____ Telefone/e-mail: _____
Validade da proposta: 60 dias.
O VALOR PROPOSTO É DE: R\$ _____ (_____)

Assinatura do
proponente CPF:

DADOS PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	
Email:	
Representante Legal:	
Cargo:	
R.G.:	
CPF:	



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90029/2026

ANEXO III

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Prefeitura de Teixeira Soares- PR- PMTS
Pregão Eletrônico nº 90029/2026.

OBJETO: Aquisição de materiais de Tecnologia da Informação.

A empresa abaixo assinada declara, sob as penas da lei, que:

☒ Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar, em havendo, ocorrências posteriores que o inabilite para participar de certames licitatórios.

☒ Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições de entrega e que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

☒ DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva, ainda, que emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;

☒ Declaramos para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

☒ Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

☒ Que fornece aos seus funcionários e colaboradores os EPIs (Equipamento de Proteção Individual), e EPIs equipamentos de proteção coletiva, conforme ambiente de trabalho.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

☐ Que concorda com as condições estabelecidas no edital.

☐ Declaro, que sempre que possível, os processos de produção do item minimizarão o impacto ambiental, devendo serem duráveis e de alta qualidade, para que tenham um ciclo de vida mais longo e com informações sobre seus impactos ambientais e que sempre que possível, devem ser fabricados com materiais que sejam renováveis, recicláveis ou biodegradáveis.

☐ Declaro que tenho ciência de que os dados e documentação referente a presente contratação estarão disponíveis para acesso do público em geral, conforme cláusula décima sétima, conforme lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011- Lei de Acesso à Informação.

_____, _____ de _____ de 202__.

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo do CNPJ



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90029/2026

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

Contrato de prestação de serviços que celebram entre si, o Município de Teixeira Soares- PR e _____.

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.963.750/0001-94, com sede na cidade de Teixeira Soares, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro nº 135 - centro, doravante denominado Prefeitura, representado pelo seu Prefeito Municipal, Prefeito Municipal, o Sr. IVANOR LUIZ MÜLLER, residente e domiciliado na Localidade do Rio D'Areia de Cima, Centro, Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, CPF – 84530-000, portador do RG nº 101.221.047-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande Do Sul, inscrito no CPF/MF nº 281.427.480-53.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, sediada à _____, nº _____, na cidade de _____, Estado _____, CEP: _____, instituída no CNPJ sob o nº _____, e NIRE nº _____, neste ato representado por seu _____, o (a) Sr (a). _____, _____, _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, CPF/MF nº _____, à vista do resultado da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90029/2026, regido Pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014 e, suas alterações, Lei 12846/2013, Código de Defesa do Consumidor e legislações pertinentes, assim como pelas condições constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 90029/2026, pelos termos da proposta da contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, bem assim, com fundamento no ato de Homologação e Adjudicação contido nos autos, firmar o presente contrato de compra e venda, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas, as quais mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DO CONTRATO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

§ 1º - Tem por objeto a Aquisição de materiais de Tecnologia da Informação.

§ 2º - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I. O Termo de Referência;
- II. O Edital da Licitação;
- III. A Proposta do contratado;

IV. Anexos dos documentos supracitados, tais como planilhas readequadas, cronogramas e demais memoriais.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR E PAGAMENTO

§ 1º - O valor total desse contrato é de R\$ _____ (_____) para os itens XXX daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".

§ 2º - Os pagamentos das despesas oriundas deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	220	03.001.04.122.0200.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	240	03.001.04.122.0200.2006	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

§ 3º - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela unidade competente. No caso de o término do pagamento ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura de Teixeira Soares, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente. Mediante liberação do recurso.

§ 4º - As condições de pagamentos aplicam-se tanto para empresas brasileiras quanto estrangeiras.

§ 5º - Eventuais correções financeiras, decorrentes de atrasos de pagamentos, deverão ser pleiteadas por via judicial. Não serão pagos valores além do estabelecido na Nota de Empenho, a título de multa, juros, mora, etc.

CLÁUSULA TERCEIRA DA AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRODUTOS NÃO PREVISTOS

Parágrafo Único - A CONTRATANTE se reserva o direito de acrescer ou reduzir, se julgar necessário, a quantidade do objeto se julgar necessário, condicionado pela existência de dotação orçamentária no período, conforme previsto no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Parágrafo único- O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo único- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA REAJUSTE (art. 92, V)

§ 1º- Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/04/2026.

§ 2º- Considerando o prazo de execução, não há previsão de reajustamento neste contrato.

CLAUSULA SÉTIMA DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

§ 1º - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- I. Efetuar o pagamento ajustado.
- II. Dar a CONTRATADA as condições e informações necessárias à regular execução do contrato;
- III. Indicar o local de prestação dos serviços.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

- IV. Pelo pagamento da prestação dos serviços.
- V. Fiscalizar os serviços prestados pela contratada.

§ 2º - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. A Contratada fica obrigada a entregar o objeto, quando solicitado através de Nota de Requisição de Empenho, nas condições estabelecidas neste Termo e Edital, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da respectiva Nota de Autorização de Despesa.
- II. A entrega será realizada no Pátio de Maquinas no Município de Teixeira Soares-PR. Sem qualquer despesa adicional (frete) a Prefeitura Municipal.
- III. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação. A empresa será responsável pela contratação dos membros da equipe, registro ou contrato de trabalho, pagamento de salários, comissões, encargos e todo e qualquer remuneração ou custo trabalhista, manutenção da carga horária contratada, custas com acidentes, ferimentos, lesões de pequena e grande monta e óbito, tanto ocasionados aos funcionários contratados como ocasionados “pelos” funcionários contratados contra terceiros. Não haverá pagamento adicional para estes serviços, sendo o valor registrado em sessão o valor a ser pago à contratada e cabendo à ela o ônus do pagamento aos terceiros.
- IV. Arcar com todas as despesas referentes a Associações ou Sindicatos da área.
- V. Arcar com todas as despesas referentes à manutenção e funcionamento dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços.
- VI. A contratada deverá providenciar todas as licenças, os recolhimentos das taxas, emolumentos, encargos e outras previstas em lei, necessárias à execução dos serviços, objeto desta licitação, não cabendo ao município qualquer ônus pela prestação dos serviços, além do pagamento do objeto contratado.
- VII. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- VIII. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao produto.
- IX. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- X. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a entrega, os motivos que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

- XI. Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XII. Fornecer aos seus funcionários uniformes e equipamentos de segurança (quando necessário). No uniforme deve estar indicado o nome da empresa contratada e em cores distintas das utilizadas pelos servidores do município.
- XIII. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- XIV. No valor estão inclusas todas as despesas com a entrega dos produtos e prestação dos serviços, que deverá ocorrer no prazo estabelecido no termo de referência, após a solicitação do Departamento solicitante. Os serviços serão solicitados de acordo com a necessidade do município, ficando a Administração Municipal no direito de solicitar o cancelamento total ou parcial dos serviços, assim como redução ou aumento de quantitativos.
- XV. Os itens, objeto desta licitação, deverão atender ao alto padrão de qualidade, observadas as normas adequadas e aplicáveis que possibilitem a durabilidade dos produtos/serviços. Atender rigorosamente às medidas estabelecidas no edital.
- XVI. Para execução do contrato, deverão estar incluídas todas as despesas de descolamento, transporte e entregas.
- XVII. A empresa detentora/contratada ficará obrigada a refazer, a suas expensas, o material/produto/serviços que apresentar falhas ou vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.
- XVIII. Manter o total sigilo dos dados obtidos e das negociações que vier a participar, inclusive dos dados armazenados, ficando responsável por qualquer divulgação sem autorização expressa da Instituição.
- XIX. A contratada não poderá, em nenhuma hipótese, fornecer o objeto sem prévia solicitação da Contratante.
- XX. Não transferir a terceiro, por qualquer forma, as obrigações assumidas em Contrato, salvo com autorização expressa da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA DA EXECUÇÃO

Os equipamentos deverão ser entregues de acordo com o Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA NONA DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

§ 1º - O presente contrato poderá ser alterado:



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

I. unilateralmente, pelo Município, quando:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos na Lei Federal 14.133/2021.
- c) O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

II. por acordo entre as partes, quando:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§2º - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

§3º - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES

§ 1º- A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

§2º - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no §1º as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§3º - Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§4º - A sanção prevista no §2º inciso I, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§5º - No caso de inexecução parcial injustificada:

I. No caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) da parte inadimplida, por dia de atraso na execução do objeto, de acordo com o prazo previsto nesta ata, até o limite de 15 (quinze) dias, a partir do quando será considerada inexecução parcial do objeto;

II. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando injustificadamente, a contratada deixar de executar algum serviço solicitado, não sendo este considerado a totalidade do contrato;

III. No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

IV. No caso de inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§6º - Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

I. Injustificadamente, a contratada não executar nenhum dos serviços solicitados, na totalidade do contrato e durante sua vigência;

II. O atraso injustificado na entrega dos serviços solicitados (integralmente), previsto no item anterior (multa por atraso injustificado) ultrapassar o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

III. No caso de inexecução total, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato;

IV. No caso de inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§7º - A sanção prevista no inciso II do §2º, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no §1º.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

§8º- A sanção prevista no inciso III do §2º será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§9º- As sanções previstas nos incisos I, III e IV do §2º poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

§10º- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, para pagamento da diferença será emitido guia ou será cobrada judicialmente.

§11º- A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§12º- Na aplicação da sanção prevista no inciso II do §2º, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§13º- A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do §2º requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§14º- É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II. pagamento da multa;

III. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

VI. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do §1º exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§15º- Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

§1º- O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

§2º- O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

II. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

III. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§3º- O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III. Indenizações e multas.

§4º- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

§1º- Adota-se neste contrato, a presente Cláusula Especial de Combate a Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA COLUSIVA: Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexecutáveis;



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii). Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§2º-Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§3º- Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1º. A contratada fica ciente da proteção de dados pessoais da presente contratação, conforme Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

§2º A contratada fica ciente de que dados e documentação referente a presente contratação estarão disponíveis para acesso do público em geral, conforme cláusula décima sétima, conforme lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

§ 1º- Fica designado(a) para exercer a gestão e fiscalização desta contratação, o servidor Eloyr José Jagher, ocupante do cargo de Secretário Geral de Governo e a Servidora Adriane Paula Barbieri ocupante do cargo de Fiscal de Contrato.

§ 2º- Em caso de impossibilidade de os mesmos cumprirem as funções estabelecidas, serão nomeados novos fiscais/ gestores.

§ 3º- O termo de referência foi integralmente elaborado pela Secretaria de Agricultura.

§ 4º- O recebimento dos materiais e serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

www.teixeirasoares.pr.gov.br

do fornecedor pela qualidade e características dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA

§ 1º Todas as condições apresentadas no termo de referência do edital de licitação PREGÃO nº 90029/2026, mantém-se como condição à prestação dos serviços.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

§1º- Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA DOS CASOS OMISSOS

§1º - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA DO FORO CONTRATUAL

Parágrafo Único: Fica eleito o Foro da Comarca de Teixeira Soares para dirimir as questões oriundas do presente ajuste contratual, renunciando-se as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Teixeira Soares, de de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: